

INTERLÍNGUAS – ESTRUTURAS VERBAIS ASPECTUAIS NO PORTUGUÊS L2

MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES *

INTRODUÇÃO

Na aprendizagem de língua estrangeira em situação de contato, é comum a identificação de contextos fônicos frágeis para a interpenetração de hábitos, como já foi evidenciado em Lima-Hernandes *et alii*. (2000) e Castro *et alii* (2001). Há, contudo, uma lacuna importante quanto ao conhecimento de contextos frágeis para a interpenetração lingüística, especialmente quando esse contexto é representado por categorias mais gramaticalizadas. Gomes (1997) e Lima-Hernandes & Ferreira Neto (2002) dão passos iniciais nesse sentido e argumentam que, para o contato kamaiurá/português, os contextos não podem se restringir a observações vinculadas ao campo da fonética.

A contribuição deste trabalho deriva de seu objetivo de descrever e explicar a pertinência de se tratar de interpenetração lingüística num campo mais gramatical, aqui representado pelos usos preposicionais. Para tanto, observo estruturas verbais aspectuais que envolvem o emprego de preposições em entrevistas de falantes de uma língua indígena do Brasil (kamaiurá) e de línguas de tribos africanas (grupo bantu), em graus distintos de fluência na língua portuguesa como língua estrangeira.

Por meio da análise de dados de interlínguas, discuto a pertinência de se tratar de contextos frágeis também com relação a itens mais gramaticalizados da língua, resvalando na questão da aquisição da língua portuguesa por esses falantes, que tomam como *input* variedades distintas do português.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ainda que não se trate de um modelo voltado ao estudo da aquisição da L2, o funcionalismo pode servir de ponto de partida para este tipo de estudo, posto que, dentre outros fatores, fornece pressupostos baseados na centralização do papel do falante na cena pragmática.

No modelo interacional de Dik (1989), a expressão lingüística é produzida em função da intenção do falante, da informação pragmática do falante e da antecipação que

* Professora – USP.

ele faz da interpretação do destinatário. O destinatário, por sua vez, interpreta essa expressão lingüística em função de sua informação pragmática e de conjeturas sobre a intenção comunicativa do falante.

Nesse modelo, a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é mediada pela expressão lingüística e não estabelecida por ela. A interação verbal, que é uma atividade cooperativa (necessita de pelo menos dois participantes para atingir objetivos) e estruturada (governada por regras, normas e convenções), então, precisa ser observada em dois tipos de sistemas de regras: as que governam a constituição da expressão lingüística (semântica, sintaxe, morfologia e fonologia) e as que governam padrões de interação verbal (pragmáticas).

Aplicando esse modelo à análise da realização da preposição em estruturas verbais aspectuais, não se pode ignorar que a transitividade pode sofrer interferência de fatores diversos. O falante aprendente da L2, em situação de interação, deve se preocupar com a organização da informação, com a organização da interação e com a organização semântica da informação. Nesse sentido, poder-se-ia tratar dessa organização em três planos funcionais:

função	organização	sistema
ideacional	dos significados	coesão
interpessoal	da interação	relações humanas
textual	da informação	estruturação da informação

Os sistemas de significação da L2 podem ser parcialmente ignorados pelos falantes aprendentes, especialmente se essa informação não é proeminente no *input*, cujas estruturas lexicogramaticais atuam na conjugação desses três planos. O *output* manifestaria construções ‘estranhas’, contudo não-bloqueadoras da comunicação pretendida.

Daí a relevância de se frisar a contribuição da gramática funcional para o estudo do processo de aquisição da L2: focalizar como opera o usuário da língua e ainda como os falantes e os destinatários são bem-sucedidos comunicando-se uns com os outros em línguas não-aparentadas.

Para responder a questões desse tipo, o lingüista lida com as seguintes capacidades do falante: i. capacidade epistêmica (como o falante arquiva, recupera e utiliza o conhecimento em diversos contextos); ii. capacidade lógica (como o falante opera as regras

de raciocínio, aplicando ou evitando estruturas); iii. capacidade perceptual (como o falante interpreta esse conhecimento, produzindo e interpretando estruturas); e iv. capacidade social (como o falante ajusta sua produção ao interlocutor e à situação comunicativa).

Aqui trato dessas questões, que estão diluídas nas referências que faço ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatutos dentro da situação de interação determinada sócio-culturalmente.

Para a específica questão da ‘L2 acquisition’, baseio-me em Gonçalves (2004), para quem a aquisição de língua caracteriza-se como uma seqüência de gramáticas que estão se reestruturando. Desse modo, o conhecimento de propriedades gramaticais específicas da L1 (bantu) pelos ‘aprendentes’ da L2 (português) pode interferir no processamento do *input*. O mesmo quadro deve se replicar para a aquisição de L2 (português) pelos indígenas, cuja L1 é o kamaiurá, porém de maneiras distintas, já que essas línguas não são aparentadas.

Assumo, assim, que o papel da gramática da L1 representa grande importância na evolução da aquisição da L2, posto que muitos dos efeitos tidos como “erros” podem ser lidos como interferências de conhecimentos provenientes da língua materna (Gonçalves 2002). Entretanto, desloco o maior peso das explicações de possíveis desvios detectados para as motivações pragmáticas que compõem o quadro interativo e argumento sobre usos simultâneos nessas interlínguas: desvios que se traduzem em gramáticas provisórias e desvios que podem ser fossilizados em determinados padrões estáveis de uso.

Duas amostras compõem o material de análise, composto por dados recolhidos em entrevistas de seis informantes: três moçambicanos e três kamaiurás em fases distintas de aquisição do português.

Algumas diferenças são relevantes para compreender a atitude de cada um dos grupos em relação à L2. Os primeiros, cuja L1 é língua da família bantu, do grupo Níger-Congo, tomam por *input* a variedade europeia do português; os últimos, cuja L1 é língua indígena do tronco tupi, tomam por *input* o português popular falado no Brasil.

Em Moçambique, falam-se muitas línguas ou variedades/dialetos distintos, em sua maioria integradas ao grupo bantu (Firmino 2000). O português passou a língua oficial a partir de 1975 e é falado por aproximadamente 39% da população (Gonçalves & Chimbutane 2004). As crianças moçambicanas aprendem o português, como L2, na escola, ainda que, em algumas situações, seja possível a conversação natural nesse idioma. Os

moçambicanos adultos instruídos, e escolares em geral, têm o português europeu como norma de prestígio, o que significa dizer que têm receio/vergonha de errar.

No Alto Xingu, reserva indígena federal, os kamaiurás falam língua de mesmo nome, que é aprendida em seus lares e é mantida como forma plena de comunicação entre as pessoas da tribo. O português é aprendido em situação de contato social esporádico. Poucos indígenas adultos, homens, falam o português, mas essa língua é inacessível para mulheres e crianças. Alguns mais jovens aprendem-no de forma bastante rudimentar quando ficam doentes e exigem tratamento cirúrgico. Nesse contexto, passam às vezes semanas internados em hospitais, onde estabelecem contato mínimo com enfermeiros e médicos. Valorizam, sobremaneira, a língua materna como meio de ensinar aos mais jovens a história de seu povo e consideram a língua de ‘caraíba’ como um instrumental necessário para o contato com os soldados no posto da FAB e com os agentes da FUNAI. Para esse grupo, o erro não é questão pertinente.

Em suma, mesmo durante o processo de aquisição da L2, ambos os grupos continuam empregando ativamente, em seus lares e vizinhança, a L1 e consideram-na língua de estatuto familiar, que deve ser preservada nas gerações vindouras.

Os dois grupos tiveram seus informantes divididos de acordo com o grau de fluência na L2. Os kamaiurás foram previamente separados em 3 grupos por Mollica (1997)¹, que estabeleceu critérios baseados especialmente nos hábitos articulatórios, por meio da manifestação dos seguintes fenômenos: assimilação, destravamento silábico, monotongação, inserção e queda de segmentos e rotacismo de segmentos líquidos em grupos consonantais. No primeiro grau de fluência, estariam os informantes com baixo domínio da L2 e, em contrapartida, no terceiro grau, os mais fluentes em L2.

Para este estudo, analiso dados das entrevistas de três informantes, assim distribuídos quanto à fluência: 1º grau: Awa1; 2º grau: Suk2; e 3º grau: Ara3, este o mais fluente em língua portuguesa. Essa divisão foi validada à luz de critérios sintáticos (concordância verbal, concordância nominal) e morfológicos (flexão da 1ª pessoa, uso de seqüência prepositiva), também utilizados para avaliação da fluência dos informantes

¹ A amostra original foi constituída por Charlotte Emmerich (1984), que estabeleceu sete graus de fluência.

moçambicanos, resultando na seguinte gradação quanto à fluência: 1º grau: Alb1; 2º grau: Lin2; e 3º grau: Ama3.

Ambos os grupos de falantes contam com pessoas que estão aprendendo o português. Para se comunicarem, produzem interlínguas com sistemas aproximativos e gramáticas provisórias (Selinker 1972) que refletem os processos de adequação ao *input*. Os dados do *output*, então, funcionam como elementos reveladores dos efeitos do processamento de L2 pelo falante de uma L1 com comportamento bastante diferente. Em assim sendo, o *input* diverso, embebido de traços locais, interferirá no processamento do *output*, que se manifestará com efeitos diversos nas produções de cada grupo de informantes. Em outras palavras, cada grupo de informante buscará soluções estruturais variáveis para a L2 em função da correlação estabelecida entre a gramática da L1 e o *input* a que foi submetido. Assim, encontrarei usos diversos da norma quanto às preposições esperadas para estruturas verbais aspectuais em frases produzidas por informantes menos fluentes das L1.

Recolhi dos dados de interlínguas as ocorrências de estruturas aspectuais que incluíam a preposição **A**² dos dados de interlínguas dos grupos e observei que, em muitos casos, a preposição era elidida por alguns informantes. Desses, observei que alguns poucos poderiam eventualmente ser fruto de um alongamento vocálico pouco perceptível ou de um sândi vocálico externo, razão pela qual os eliminei do conjunto de dados a ser analisado. Exemplos dessas ocorrências podem ser vistos a seguir:

- (1) ...o futuro dos nossos filhos essa coisa toda a responsabilidade em si cresce e a pessoa já:: já muda praticamente começa **já 0 ver** as coisas... (PM - grau 3)
- (2) ...por isso agora que **estamos 0 apelar** muito nos nossos filhos... (PM - grau 2)
- (3) ...aquela antiga que eu estudei **estava 0 escrever** aqui no chão mesmo... (PM - grau 1)

O restante dos dados foi submetido aos seguintes critérios: a) autonomia: identidade de sujeitos; identidade de formas verbais; inserção de material fônico; polaridade da estrutura; transformação virtual em oração subordinada desenvolvida; b) tipo de preposição

² ou dados em que era prevista a inserção dessa preposição.

(para, a, 0); c) estatuto de V1: semântica, pessoa e tempo verbal; d) estatuto de V2: aspecto formal; e) informante: fluência e variedade.

Do ponto de vista da L2, a autonomia dos dois verbos que constituem o aspecto pode traduzir-se num maior índice freqüencial de apagamento das preposições que seriam esperadas na perífrase. Essa idéia é amparada, segundo Heine (1993), pela natureza ‘anfíbia’ desse tipo de estrutura, que pode ser lida na conjugação como [verbo-complemento] ou como [auxiliar - verbo principal], ou seja, os verbos podem ser simultaneamente empregados como verbos principais e como marcadores gramaticais (auxiliares ou quase-auxiliares).

Com relação à preposição, a noção aspectual a ser construída não se altera com sua ausência, mas pode ter sua interpretação afetada se houver alteração da preposição esperada por outra qualquer. Associando essa idéia ao grau de fluência dos falantes, espero encontrar uma maior adequação de usos nos dados produzidos por informantes com o grau 3 de fluência, o que inversamente significa que informantes com grau 1 de fluência elidam com maior freqüência a preposição necessária à constituição da perífrase verbal aspectual. O grau 2, por sua vez, deverá, caso minha hipótese esteja correta, atualizar expressões híbridas e zeradas à mesma proporção.

O estatuto de V1 e V2 pode revelar como esses falantes concebem a noção aspectual na L2. Se atribuírem casos somente a um desses verbos, podem estar percebendo a seqüência como uma unidade informacional única, como o fazem em suas línguas maternas. Se inserirem seqüências informacionais entre as porções verbais, talvez a estejam interpretando como duas ações operadas pelos sujeitos numa cadeia informacional. Espero poder captar o grau de interpenetração do processamento cognitivo empreendido pelos falantes a despeito das diferenças observadas nas duas gramáticas.

2. A MARCAÇÃO DE ASPECTO NA L1 E NA L2

As estruturas verbais perifrásticas, no português, subjazem a um processamento bastante complexo: a) uso de auxiliar [+identidade]; e b) manutenção do verbo principal na forma não-finita. Essas operações são concomitantes e exigem, além disso, que aspectos sintáticos devem ser avaliados, tais como, concordância verbal e regência verbal.

A noção codificada na locução pode determinar o uso da preposição, como observo, por exemplo, no aspecto progressivo³, derivado em muitas línguas do uso de elemento locativo, como é o verbo *estar*, seguido de um verbo não-finito (Bybee, Perkins & Pagliuca 1994). Se isso é válido para algumas línguas, dentre as quais está o inglês e o português europeu, não é totalmente aceitável para o português brasileiro, cujos falantes mais produtivamente empregam o verbo *estar* seguido de verbo no gerúndio. Usado com predicados dinâmicos e não somente com estativos, o progressivo é um sentido que ocorre mais cedo no processo de gramaticalização⁴. Em contrapartida, essa regra se aplica à formação, por exemplo, do aspecto inceptivo, em que o V1-*começar* é seguido de verbo no infinitivo.

São naturalmente processamentos bastante simples para falantes nativos da língua portuguesa, mas tornam-se obstáculos importantes para a aquisição da L2 se a L1 conta com marcações distintas para essas noções.

Na língua kamaiurá, o aspecto é marcado por meio de morfemas que assumem formas distintas, conforme o processo de marcação: reduplicação do radical verbal, raízes verbais sufixadas ao verbo principal, verbos auxiliares e partículas (Seki, 2000). Por reduplicação, constroem-se os aspectos iterativo e intensivo por meio da repetição das duas últimas sílabas do radical verbal (pyhyk ‘pegar, segurar’ > pyhy-pyhyk ‘apalpar, pegar muitas vezes’; kana ‘torto’ > kana-kana ‘muito torto’). Para o aspecto sucessivo, basta a reduplicação da última sílaba do radical verbal (mokuj ‘fazer cair’ > moku-kuj ‘fazer cair um após outro’). Pela sufixação verbal da raiz verbal, marcam-se os aspectos cessativo (pik ‘parar, cessar’ > a-karu - pik ‘eu parei de comer’), completivo (pap ‘acabar, terminar’ > o-juka-pap ‘ele matou todos’), perfectivo (katu ‘ser bom, bem’ > o-juka-katu ‘ele matou-o [completamente]’), iminente (potat ‘querer’ ou werep > mõi-a a-pyru-potat ‘eu quase pisei na cobra’ ou o-mano-werep ‘ele quase morreu’). Pela mobilização de auxiliares, o aspecto é marcado em função do tipo de auxiliar e do tipo de verbo empregado. Para o aspecto durativo, a cópula {-eko} é usada como verbo auxiliar (jakui-a ‘awyky-me je 0-ko - me ko=kwāj ‘ele ficou fazendo flauta jacuí’) e para o aspecto inceptivo, além da cópula,

³ O aspecto progressivo vê uma ação como se desenvolvendo com relação ao tempo.

⁴ Em algumas línguas, desenvolveu-se em presente e imperfectivo. Na África, há evidências de que progressivos derivaram de expressões locativas.

empregam-se também por auxiliares de movimento (dalva=ne o-koay -ay -mo-ko-m ‘Dalva ficou muito zangada’ / ipira je o-mano-m o-ho -me ko’ ‘os peixes foram morrendo’). Por fim, pelo emprego de partículas específicas, marcam-se os aspectos continuativo prospectivo (rane), continuativo retrospectivo (we), incoativo (ko’yt), dentre outros.

Na língua bantu, o aspecto verbal é marcado por afixos que podem ser incorporados pelo verbo de forma contínua (aspecto progressivo - chang: vavasati vahartirha - as mulheres ainda estão a trabalhar / vatsongwana vahajondza - as crianças ainda estão a estudar) ou de forma descontínua, como ocorre no aspecto progressivo, no tempo passado (tolo, vatsongwana avahajondza - ontem, as crianças ainda estavam a estudar).

É possível notar que a língua bantu não prevê o uso de termos isolados para a marcação do aspecto, diversamente do que ocorre com o português e o kamaiurá. Isso faz com que essa língua, nesse aspecto, distancie-se ainda mais da L2.

3. O ASPECTO VERBAL NA INTERLÍNGUA

Observem os seguintes dados de interlíngua produzidos por falantes moçambicanos (PM) e kamaiurás (PK). Notem que as estruturas divergem entre si e isso é motivado especialmente pelo grau de fluência dos informantes na L2.

- (4) ...ainda não **começou a ir** porque ainda tens medo... (PM - grau 1)
- (5) ...**começou estudar** lá Manjacaze era mil novecentos e quarenta e oito...(PM - grau 1)
- (6) ...**estou a falar** minhas neto não tem os livro completo (PM - grau 1)
- (7) ...por causa de açúcar que **estão deitar** no chão (PM - grau 1)
- (8) agora **estou ensinando** menino (PK - grau 1)
- (9) **tava chovendo** ainda (PK - grau 1)
- (10) Olando **ficou** lá campo **trabai**, depoisi tudo voltou. (PK - grau 1)
- (11) ...meu pai **começou a falecer** depois a minha mãe começa a trabalhar (PM - grau 2)
- (12) não **estavam-nos a fazer** mal **ha estavam** me **dar** boa educação (PM - grau 2)
- (13) não pode ficar com os braços cruzados assim só que não **estou gostar**... (PM - grau 2)
- (14) ...**andávamos a brincar** junto sim (PM - grau 2)
- (15) otro fica parado, otro **tá sumindo** no mato (PK - grau 2)
- (16) pessoal **tá esperando** pro Aritana, né. (PK - grau 2)
- (17) Eu **fiquei espera**, ele que pega gravador (PK - grau 2)
- (18) Suia **conversando** fazendeiro. (PK - grau 2)

- (19) a água **estava** quase **a estragar** algumas casas que estão quase ao pé do do mar... (PM - grau 3)
(20) ...**comecei a jogar** futebol como desde criança... (PM - grau 3)
(21) ...alguma parte estava lá **estava** lá a nossa força **a proteger** nós (PM - grau 3)
(22) a gente **acostumava di fazê** muito tempo. (PK - grau 3)
(23) os otros tribo, ne, **tava começanu** casa muito e leva as mulheres longe. (PK - grau 3)
(24) a gente **começô conversá** português. (PK - grau 3)

Com grau 1 de fluência, há diferenças interessantes quanto à forma dada à sentença. Enquanto o moçambicano liga dois Vs sem a preposição naturalmente esperada na norma de L2 para a construção do aspecto progressivo, o kamaiurá utiliza a forma gerundiva de V2. No aspecto inceptivo, a necessidade de se construir a perífrase com o auxílio da preposição A em L2 não se mostra obstáculo para que o moçambicano a elida.

No grau 2 de fluência, o moçambicano ainda não usa a preposição como determina a norma do português europeu, mas emprega a partícula *ha* em posição anterior ao verbo *estavam* para acrescentar-lhe a noção de progressividade, como determina a gramática da L1. O kamaiurá, por sua vez, ainda faz confusões com a junção de dois verbos numa seqüência informacional, e realiza, com maior produtividade, o verbo principal em sua forma gerundiva. Essa opção não afeta a intercompreensão.

No grau 3 de fluência, há um evidente salto nas estruturas utilizadas pelo moçambicano, que agora as sofisticava com a interpolação de informações. O kamaiurá estrutura de forma mais adequada se comparada à norma de L2, evitando a compensação de marcas bastante comum nos graus de fluência 1 e 2, fases em que ou usa a locução com gerúndio apagado (ex. 10) ou usa somente gerúndio sem auxiliar (ex. 19). Com maior fluência na L2, ainda manifesta dúvidas quanto à escolha da preposição a ser empregada.

3.1 IMPLICAÇÕES DO *INPUT* PARA A INTERLÍNGUA

Um total de 115 ocorrências foram identificadas no contexto perifrástico que exigiria preposição A. Esses dados foram produzidos pelos dois grupos na seguinte proporção: os kamaiurás produziram 29 ocorrências e os moçambicanos, 86.

A partir de agora, apresento os resultados das correlações entre critérios previamente estabelecidos e o grau de fluência dos informantes.

Agrupando os fatores que permitem verificar o grau de coesão entre as formas verbais da perífrase, ou seja, a autonomia dos verbos da locução, notamos que nos níveis 1

e 2 de fluência, os informantes do PK interpretam a seqüência como uma unidade, tal como fariam em sua L1. No grau 3, o falante passa a admitir a ocorrência de duas porções, posto que já encadeia verbos com sujeitos diversos. Somente um dos elementos carrega as marcas de tempo, mas no grau 1 – e mais raramente nos demais estágios de aquisição – os informantes empregam apenas o V2 em sua forma gerundiva, sem que faça falta à informação essa marca de tempo. Os informantes de grau 3 demonstram maior flexibilidade de estruturas perifrásticas, que passam a admitir a inserção de material fônico. A polaridade de V1 apresenta implicações para V2, e somente no grau 1, pela ausência de V1, essa dependência polar não se consuma.

No PM, a autonomia apresenta-se mais evidentemente em dados produzidos pelo informante de grau 2 de fluência. Essa situação se reverte no grau 3, que concebe a seqüência verbal como uma unidade de actância vinculada a um só sujeito. Para a marcação de tempo, o grau 2 é também uma fase crítica, já que em 32 dados de um total de 39, o informante não concebe V1 como auxiliar de V2. Também é nessa fase que o informante começa a inserir material fônico entre os dois verbos que constituem a perífrase. O teste da polaridade ratifica esse comportamento-gatilho no grau 2.

O domínio dessa ruptura da perífrase, que traz em consequência a flexibilização da estrutura, parece ser o gatilho para a maior fluência em L2. Essa ruptura é bastante comum nos vários dialetos do português do Brasil.

A escolha/uso das preposições nas perífrases aspectuais pode, desta maneira, servir de indício para que se reconheça indiretamente o processo de interpenetração de L1 e L2 no processamento cognitivo operado pelo falante:

Tabela 1: Fluência do informante X Tipo de preposição

preposição/ variabilidade	Grau 1			Grau 2			Grau 3			
	PARA	A	0	PARA	A	0	PARA	A	0	DE
PK	0	0	6	0	0	1	0	1	20	1
PM	0	7	7	2	30	7	3	27	3	0

3.2 IMPLICAÇÕES DO ENQUADRAMENTO PRAGMÁTICO PARA A INTERLÍNGUA

Ao que parece, muito mais do que estruturas gramaticais de L1 e de L2 estão em jogo para a composição dos modelos de interlínguas evidenciados nas entrevistas dos

informantes. Os kamaiurás são entrevistados num contexto diverso do que ocorre com os moçambicanos.

A atitude do entrevistador ou mesmo dos falantes de português brasileiro durante o contato com o indígena é de aproximação e simplificação da língua. Os entrevistadores, durante a fase de coleta de dados, estiveram por longo tempo convivendo com a tribo na aldeia, desenvolvendo a comunicação e o interesse dos indígenas em colaborar com o registro em gravadores. Servem de ilustração para essa afirmação a maneira como os entrevistadores constroem suas perguntas quando se dirigem ao indígena:

(25) Nível 3:

PB: Mas num tem uma história que o genro tem que ir pra ca...pra aldeia da...da mulher, fica lá?

PK: Tem. Mas isso aí é costume da gente, né, da, do Alto Xingu. Agora num sei esses outros, né, Kayabi, Txucarramai, assim eu num sei não. Isso aí é duro. Num vai se mole, não. Muito duro pra mim.

PB: Ah, mas ce já tá conseguindo, num é?

PK: Mas pra fazê isso...

PB: ...ce ja conseguiu que Waura foi, ne?

PK: Ja. To conseguino.

(26) Nível 2:

PB: Explica pra mim pareati?

PK: Pareati aquela e convidado, e ele vai busca então pareati foi lá foi fala pro chefe Kuyutsi. _ Oh Kuyutsi vocês tudo já arrumadu. Eu já arrumei tudo então pessoa(l) aí vai lá pra bate boneca. _ Ah tá! Então Kuiusi fala pro pessoa(l) dele então ele pega flecha, cocar então Kuiusi...pru chefe né? chefe tem o(u)tro. Peti. Dois(...)

(27) Nível 2:

PB: Vem cá, depois do Yawari também Huka-Huka?

PK: Nao, nao, nao.

(28) Nível 1:

PB: como , que era nome de papai seu?

PK: papai meu , Urapepo

(29) Nível 1:

PB: e quanto tempo ele vai ficar preso?

PK:

PB: quantas chuvas? quantas luas?

PK: (...) lua né?

PB: duas chuvas?

PK: (...) agora

PB: muitas luas?

(30) Nível 1:

PB: e quando tem menino, quando vem menino primeira vez menino ai tem que ficar preso?

PK: é

PB: ai fica mulher

PK: fica muie

PB: fica marido

PK: marido tambem

Diversamente ocorre com os moçambicanos, que foram entrevistados invariavelmente sem uma sucessão de contatos estabelecidos numa convivência. Os entrevistadores adotam a norma do português europeu para se comunicar e inquirir, sem simplificar as estruturas ou buscar aproximação com o modo como esses informantes podem/conseguem se comunicar.

(31) Nível 3:

PE: Senhor Ama3, lembra-se de alguma viagem que tenha ocorrido muito bem bem que tenha gostado muito e que possa contar?

PM: bem por acaso lembro e eu: viajei – foi: em novembro do ano passado – fui a bilene saí daqui eram dez horas – saí daqui eram dez horas por acaso tivemos uma viagem boa chegamos ter uma paragem nas palmeiras...

(32) Nível 2:

PE: ha: Senhora Lin2, pode-nos falar da sua infância?

PM: [A informante começa em changana] a minha infância quando eu nasci comecei a: na machamba a minha avó me obrigava muito para andar na machamba e quando sair da machamba procurar lenha ao caminho chegar na minha casa...

(33) Nível 2:

PE: vai-nos falar agora de uma dessas viagens que fez antes da guerra/ não é ou para Gaza ou para Matutuine para nos dizer como é que viajou—qual foi o meio que usou.

PM: ho: sempre para Gaza:: ir para minha terra havia um machibombo: sempre ia de machibombo para como: havia muitos machibombos ia de hoje para amanhã ou quando eu quero ir para minha terra como havia: andavam três vezes por dia: antão ia de: manhã ou antão à tarde voltar: he: ...

(34) Nível 1:

PE: há pessoas que dizem que: esse chapas quinhentos deviam acabar porque estão a causar muitos acidentes porque há muitas pessoas que morrem/ qual é a sua opinião?

PM: esse também gosta cabar mesmo porque o outro é morrer muita gente porque aquela tempo de caju: o dono de chapa cem quando está grosso anda mesmo parece que é uma avião que anda lá nem até avião tem está calmar aquele que é avião anda lá calmar mesmo...

(35) Nível 1:

PE: Conhece alguns casos de pessoas que passaram sem saber por que compraram professores ouviu?

PM: ah só ouviu zuzu zuzu não conhece porque minhas minhas neto ali que:: estuda lá no/no/ não: tem isso mas há outro que quando andar na rua tem isto tem isto mas não sabe ele estuda aonde hum

Enquanto os brasileiros são lingüistas neutros em relação à norma oficial, os moçambicanos que saem de gravador em punho são professores ou representantes do ministério da Educação daquele país. O fator social demonstra-se, assim, relevante na compreensão dos efeitos manifestados nas interlínguas de cada grau de fluência observado.

Em suma, alguns aspectos identificados como diferenças podem ser lidos como efeitos de interpenetração entre L1 e L2 e são relevantes, portanto, para a compreensão do processo de aquisição de L2. A realização da preposição (usar ou não) é questão relevante para o PM já desde os níveis mais incipientes de aquisição de L2, enquanto para PK essa questão passa a ser relevante somente a partir do grau 3 de fluência. A interpolação de informação na perífrase aspectual ocorre muito cedo no PK, envolvendo um Sprep locativo, enquanto no PM a interpolação é índice de maior domínio de L2. Ao que tudo indica, o sistema de compensação de marcas aspectuais é questão pertinente para a aquisição do PK, mas não o é para a aquisição do PM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of Grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.

CASTRO, Maria Guadalupe de *et alii*. Aspectos dialetais do português dos Kamayurá e português popular. In: *Anais do XLIX Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo*. Marília, 2001.

FIRMINO, Gregório. Situação linguística em Moçambique: Dados do II recenseamento geral da população e habitação de 1997. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2000.

GOMES, Christina Abreu. Processos variáveis e aquisição de preposição. In: Roncarati, Cláudia & Mollica, Maria Cecília (orgs.) *Varição e Aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997 (pp.103-116).

GONÇALVES, Perpétua. Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese. In: *Journal of Pidgin and Creole Languages* 19:2. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2004 (pp.225-259).

_____. The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese. In: *Second Language Research*, (18.4), 2002 (pp.225-347).

_____ & CHIMBUTANE. O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais. In: *Papia* (14). Brasília: Universidade de Brasília, 2004 (pp.7-30).

HEINE, Bernd. *Auxiliaries - Cognitive Forces and Grammaticalization*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia; SPAZIANI, Lídia; CASTRO, Maria Guadalupe de. Linguistic variation from spoken Portuguese in Caboclo and in Caipira. *In: Anais do 29 Nwave*. Lansing: Michigan State University, 2000.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia & FERREIRA NETO, Waldemar. Estudo contrastivo entre o português e o Kamaiurá: divergências entre sistemas. *In: GroBe, Sybille & Schönberger, Axel (Hrs.) Ex Oriente Lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60 Geburtstag*. Frankfurt am Main: Valentia, 2002.

MOLLICA, Maria Cecília. Aquisição de padrões fonológicos variáveis. *In: Roncarati, Cláudia & Mollica, Maria Cecília (orgs.) Variação e Aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997 (pp.33-42).

NGUNGA, Armindo. *Introdução à lingüística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, Univ. Eduardo Mondlane, 2004.

SEKI, Lucy. *Gramática do Kamaiurá*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.